

Comunicação por Ocasão do Lançamento do Livro: Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique

Por: Rogério Ossemane

Cabe a minha comunicação nesta cerimónia a apresentação sumária do conteúdo do livro que é hoje lançado como forma de elucidar sobre as temáticas nele tratadas impulsionando, esperamos, motivação para a sua leitura. Este livro é mais um contributo que o IESE traz para o debate sobre os desafios de desenvolvimento do país consolidando análises feitas em produtos académicos anteriores publicados pelo IESE e adicionando novas perspectivas, exemplos, evidências e aplicações. Pensamos que desta forma podemos reforçar e expandir a utilidade e uso das nossas publicações para diferentes áreas de interesse na sociedade envolvidas nas diversas tarefas que os desafios do desenvolvimento exigem.

A escolha do título *“Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique”* deve-se ao facto do livro desenvolver o conceito de economia extractiva como forma de entender o funcionamento do processo de criação, distribuição e acumulação de riqueza no país na perspectiva de compreender os desafios de industrialização que emergem – usando o conceito de industrialização como *proxy* para desenvolvimento. Estes conceitos ajudam a interpretar os contributos dados pelos sete artigos que compõem o livro e, mais em geral, ajudam a decifrar o paradoxo de crescimento dependente do país, numa perspectiva mais abrangente e interligada entre

as diferentes dinâmicas económicas, sociais e políticas que interagem no processo de desenvolvimento.

Desta forma, introduzirei o conteúdo do livro começando por breves explicações destes dois conceitos expressos no título, nomeadamente, o de **economia extractiva** e o de **industrialização**.

O uso do conceito de economia extractiva para descrever o funcionamento da economia em Moçambique é relativamente recente. Apesar do termo sugerir a ideia de uma economia dependente de indústrias extractivas, este é um conceito mais amplo. Economia extractiva é entendida como tendo as seguintes características principais:

- (i) Uma economia concentrada nas fases primárias da cadeia de valor, isto é, submetendo os produtos primários a um grau de processamento mínimo, limitando, desta forma, as oportunidades de adição de valor e de geração de novas capacidades com potencial de uso mais amplo pelo resto da economia e limitando as oportunidades de articulação da estrutura produtiva doméstica. Como consequência, as exportações do país são dominadas por produtos com baixo nível de processamento e as necessidades de consumo de bens processados são maioritariamente satisfeitas por via das importações.
- (ii) A concentração e desarticulação da estrutura produtiva e de comércio explicam parte considerável de outra característica da economia extractiva que é a sua porosidade, ou seja, a fraca capacidade de retenção da riqueza gerada. A exportação de produtos primários para posteriormente importar

estes mesmos e outros depois de terem passado por várias fases de adição de valor no exterior perpetuam os fluxos de saída de moeda externa superiores aos fluxos de entrada. Esta porosidade é agravada pelo fraco contributo fiscal do capital (fraco contributo em termos médios, sendo que existem grandes disparidades entre os diferentes grupos devido ao complexo pacote de benefícios fiscais) avolumando o montante de recursos gerados internamente que deixam o país em forma de transferência de rendimentos, reduzindo as oportunidades de aumento da poupança doméstica pública e privada.

- (iii) A fraca capacidade de reter a riqueza gerada contribui, por sua vez, para manutenção de altos níveis de dependência externa do país, uma vez que esta drenagem de recursos para o exterior, num país deficitário em recursos para financiar o seu desenvolvimento, acaba sendo compensada pela entrada fluxos externos em forma de donativos, empréstimos e investimento privado estrangeiro. Os elevados níveis de porosidade associados à reduzida aplicação de recursos para dinamização de novas capacidades para além da extracção e processamento básico de recursos naturais gera fracas dinâmicas de redução dos níveis de dependência.
- (iv) O fraco desenvolvimento de novas capacidades, desarticulação, porosidade torna os níveis de produtividade e competitividade baixos e dificultam a transferência dos ganhos em alguns sectores para outros. Como tal, o aumento total do retorno individual da riqueza gerada domesticamente fica

dependente da extracção mais acelerada de recursos e/ou da maior apropriação do contributo do valor acrescentado dos outros intervenientes na cadeia de produção. Dado o fraco poder negocial do trabalho com baixas qualificações e dos produtores de pequena escala que constituem a grande maioria da população, isto gera grandes disparidades de rendimentos entre grupos sociais e regiões e elevados níveis de exclusão social. Embora esta seja uma dinâmica normal de qualquer sociedade capitalista, os seus impactos negativos tornam-se muito mais severos numa economia com elevados níveis de pobreza.

- (v) A concentração da produção e do comércio em recursos primários, a dependência em ajuda externa e os altos níveis de exclusão social produzem potencialmente um alto nível de volatilidade de recursos e permanente fraqueza estrutural da economia. Ainda assim, a economia extractiva gera crescimento acelerado, contudo, insustentável a longo prazo.

A descrição das características extractivas da economia sugere imediatamente que os objectivos de desenvolvimento passam pelo rompimento desta natureza extractiva. Diversificar e articular requerem formas de organização social e económica que se estabelecem por um correcto processo de industrialização, razão para o uso deste termo como *proxy* para desenvolvimento e analiticamente mais preciso. Estes desafios só poderão ser correctamente equacionados dentro de um quadro analítico de economia política que consiga descrever e relacionar as diferentes dinâmicas de

reprodução e mudança que estruturam o padrão de acumulação. Este conjunto de instrumentos analíticos é-nos trazido neste livro pelo artigo da autoria de Carlos Castel-Branco que, com recurso intensivo à informação estatística, discute os desafios de industrialização do país.

O artigo seguinte, da autoria de Rogério Ossemane, adiciona ao debate levantando aspectos chave na interpretação de alguns dos indicadores usados oficialmente para avaliar o desempenho da economia. Mais concretamente o artigo discute a adequabilidade dos indicadores de sustentabilidade usados oficialmente para avaliarem a capacidade da economia de responder às responsabilidades resultantes do seu endividamento público. Por exemplo, até que ponto as receitas de exportações expressam um aumento da capacidade do país de fazer face às suas obrigações relativas ao pagamento da dívida e sustento do seu crescimento? Obviamente que a resposta a esta questão depende da capacidade da economia de se apropriar destas receitas. A real capacidade do país de responder a estas obrigações varia na mesma direcção da evolução das exportações, mas em sentido inverso ao da evolução da porosidade da economia. Quão mais porosa for a economia em causa – isto é quão mais fraca for a capacidade do país de reter o recursos gerados pelas exportações – tão mais inadequado é o uso das exportações como proxy da evolução da capacidade do país de fazer face às responsabilidades resultantes do seu endividamento público e de, ao mesmo tempo, sustentar o seu crescimento.

No terceiro artigo do livro intitulado Comércio Externo e Acumulação de Capital em África num Contexto de Crise Financeira, Aldo Caliari mostra como a concentração da estrutura do comércio e o fraco poder de retenção das receitas de exportação de *commodities* explica em parte os parcos progressos registados na transformação estrutural destas economias. Esta estrutura económica dependente da produção e comércio de produtos gerados em fases primárias da cadeia de valor acabou por representar o principal vector de transmissão da crise financeira global para estas economias que agora se encontram mais fragilizadas para enfrentar o desafio da industrialização. À luz da evidência de que em períodos de altos retornos do comércio externo, gerados pelo *boom* nos preços de *commodities*, estas economias não foram capazes de diversificar e progredir na cadeia de adição de valor, Caliari questiona as medidas baseadas quase exclusivamente na concessão de maior acesso aos mercados como mecanismos de reversão dos efeitos da crise e promoção do desenvolvimento. O artigo conclui com a indicação de aspectos chave para promoção da diversificação, articulação e estabilização monetária e estrutural das economias africanas.

O processo de industrialização da estrutura produtiva depende largamente do nível e tipo de inovação que é gerada no país. Lídia Brito e Roland Brower contribuem para o debate com a análise do papel de políticas no sistema de inovação. No seu artigo, eles evidenciam como as diferenças na capacidade de absorção e poder transformativo da tecnologia estruturam os modos de produção e distribuição de benefícios com resultados directos sobre os níveis de desigualdade na sociedade. Olhando para

estudos de caso referentes a 4 tecnologias introduzidas no país, o artigo chama a atenção para os aspectos que o Sistema Nacional de Ciência e Inovação Tecnológica deve ter em conta para maximização dos benefícios da adopção destas tecnologias reduzindo o seu potencial impacto de agravamento das situações de exclusão social.

“À Procura de Rede” da autoria de Julie Archambault analisa como “a revolução do telemóvel” tem influenciado a dinâmica contemporânea dos padrões de pobreza e de redistribuição em mudança. Elaborando a partir de um estudo de campo conduzido na cidade de Inhambane, o seu artigo mostra como o uso dos telefones celulares joga um papel decisivo na negociação das desigualdades. Mais especificamente analisa o papel do telefone ao facilitar a consolidação e gestão de redes de distribuição baseadas em relações íntimas, situando, ao mesmo tempo, estas dinâmicas dentro de estratégias de sustento individual vistas na perspectiva do género. Ao tornar estas redes mais eficazes, o telemóvel também torna as estratégias de sustento mais extractivas no sentido de que uns se sentem pressionados pelo seu papel socialmente construído na base do género a posicionarem-se como provedores, enquanto parte dos posicionados na condição de receptores envolvem-se activamente em estratégias de maximização do seu poder extractivo. Esta relação de distribuição pode reduzir os impactos positivos do uso do telemóvel ao formar um modelo de relações sociais em que a inserção social depende da canalização de recursos que poderiam ser eventualmente usados para investimento para o consumo.

Phillip Woodhouse discute os constrangimentos para a produtividade da agricultura em África. O seu artigo discute 4 áreas principais que condicionam a melhoria da produtividade agrícola, e a relação destas com a pobreza rural nomeadamente: (i) o estímulo proveniente dos mercados urbanos e regionais; (ii) a relação entre o investimento privado e o investimento em bens públicos; (iii) a ideia de sociedades rurais compostas de agricultores de pequena escala homogéneos, sem a devida caracterização das relações laborais entre eles, e entre estes e o conjunto da economia, (iv) o impacto social e político do aumento da produtividade e da rentabilidade da agricultura.

No artigo Promover o Emprego através do Investimento Directo Estrangeiro, Manuel Araújo levanta aspectos que evidenciam a tendência falaciosa de interpretar a criação de emprego *per si* como solução na luta contra a pobreza. Araújo mostra como apesar dos evidentes benefícios em termos de número de empregos gerados quer na fábrica quer na produção agrícola do algodão, quer em termos de rendimento, quer situações de maior equilíbrio do género e em termos de comodidades e infra-estruturas no distrito de Morrumbala, o sector do algodão tem, em geral, mantido os trabalhadores e camponeses num nível de vida de subsistência e com rendimentos significativamente abaixo dos níveis de pobreza reconhecidos internacionalmente. Mesmo assim, os milhares de agricultores pobres que escolhem este modo de vida fazem-no porque as alternativas oferecidas pela actual estrutura produtiva são ainda piores.

Em resumo, o contributo fundamental deste livro e do uso do conceito de economia extractiva reside no seu potencial de tornar mais claros os fenómenos que aparentemente são inconsistentes (crescimento económico sem redução da dependência nem da pobreza), e os desafios centrais que emergem na nossa sociedade e como abordá-los: Como produzir e fornecer bens e serviços de consumo e de investimento baratos, de qualidade e acessíveis à grande massa da população ao mesmo tempo que a economia acumula e cresce? Como promover a substituição de importações, a diversificação, alargamento e articulação da estrutura produtiva e de investimento, e a diversificação das exportações? Como ampliar e desenvolver o mercado doméstico e torná-lo mais interligado? Como reter e utilizar na economia, para produção, consumo e acumulação, uma fatia cada vez maior da riqueza gerada? Como ampliar a base social de produção e distribuir mais amplamente a riqueza gerada? Cada um dos artigos do livro contribui para uma compreensão mais abrangente e profunda destes desafios, ao mesmo tempo que lança bases para futuras análises. Esperamos que a sua leitura proporcione instrumentos para que todos possamos enfrentar mais efectivamente os desafios de desenvolvimento e estimule contribuições adicionais para os debates de interesse nacional.